



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

## ENTRE O OFICIAL E O NOTICIOSO: EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO EM DEBATE NO CEARÁ DOS ANOS 1940

Manuelle Araújo da Silva<sup>44</sup>

Mirelle Araújo da Silva<sup>45</sup>

### Resumo:

A presente investigação se propõe a refletir acerca das interseções entre temáticas educacionais nos anos 1940 no Ceará e a dimensão das ideias políticas envolta nessas construções de finalidades para a Educação e para o Ensino. A comunicação analisará fontes oficiais do *Ministério da Educação e Saúde*, em articulação com jornais cearenses que discutiram questões de Ensino e Educação em suas páginas. Dentre eles, destaca-se a *Gazeta de Notícias*, popular matutino diário da capital, por sua maior abordagem relativa ao *problema da Educação*. Interessa perceber os usos e os objetivos dessa Instrução/Educação, situada em um período histórico onde há o final do regime autoritário chamado *Estado Novo* e o contexto da redemocratização brasileira. A metodologia é guiada pela noção de *jogos de escala*, de Jacques Revel.

**Palavras chave:** Educação e Imprensa, Educação Social, Instrução Escolar.

### INTRODUÇÃO

Buscando abordar questões educacionais no Ceará da década de 1940, este trabalho se destina a apresentar reflexões que partem da análise de dois tipos documentais: fontes oficiais do Ministério da Educação e Saúde ou, mais especificamente, o indício chamado *Subsídios para a História da Educação Brasileira*; em diálogo com o jornalismo do período, em matérias que tenham representações acerca da temática da educação. No presente texto, serão utilizados artigos jornalísticos da *Gazeta de Notícias*, tendo em vista que esse periódico publicava artigos de autores que se debruçaram sobre o tema de maneira mais sistemática. Trata-se, em suma, de analisar a temática educacional em perspectiva histórica, variando os ângulos de análise que transitam entre enfoques nacionais e locais.

**"Subsídios para a História da Educação Brasileira" e Imprensa Cearense: Articulações Possíveis.**

"Devemos repetir que educar não consiste somente em ensinar a ler. O analfabetismo é estigma de ignorância, mas a simples aprendizagem do alfabeto não basta para destruir a ignorância. A massa de analfabetos, pêso morto para o progresso da Nação, constitui mácula que nos deve envergonhar. É preciso confessá-lo corajosamente, toda vez que se

<sup>44</sup>Graduada em História (UFC). Mestranda em História Social do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC) e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa História e Documento: Reflexões sobre Fontes Históricas – GEPHD, do diretório de grupos do CNPq. Email: manuelle.araujosilva@yahoo.com.br.

<sup>45</sup> Graduada em Pedagogia (UECE) e mestre em Educação Brasileira (UFC). Atualmente é professora efetiva da Rede Municipal de Ensino e atua na área de formação de professores. Email: mirelle\_as@yahoo.com.br



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

apresentar ocasião. Cumpre fazê-lo aqui, não para recriminar inutilmente, mas, apenas, para nos convenceremos de que o ensino é matéria de salvação pública." (VARGAS, 1941.)<sup>46</sup>

O trecho supracitado, cuja parte de sua frase final compõe o título deste artigo, é de autoria do então presidente do Brasil Getúlio Vargas, no início da década de 1940. Situado em anos autoritários, ou mais precisamente no governo denominado *Estado Novo*, esse excerto estampa a capa do documento mensal, expedido pelo Ministério da Educação e Saúde e organizado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), intitulado *Subsídios para a História da Educação Brasileira* referente ao mês de outubro de 1941.<sup>47</sup>

Nesse trecho, a diferença entre os termos educar e ensinar está situada a partir do problema do analfabetismo. Pode-se diferenciar os pares educação/ensino e educação/instrução a partir de muitos motes relativos à temática educacional. Nesse caso, a figura do analfabeto desperta preocupação do governo apenas ao passo em que este sujeito, considerado ignorante, não seria dotado de utilidade motora na engrenagem do progresso pátrio. Associa-se a salvação nacional à educação daqueles que não são letrados, como forma de acionar a força desse braço trabalhador, ou seja, é no trabalho que residiria a utilidade do cidadão.

A forma com que se escolheu denominar o documento em questão também deve ser motivo de questionamentos, pois seu título sugere que os escritos e dados ali contidos sejam, mecanicamente, base para a História da Educação no Brasil. Entretanto, a perspectiva deste estudo é contrária a essa naturalização, na medida em que se almeja problematizar esses discursos.

Observe-se um dos tópicos das denominadas *instruções gerais*, que se destinavam a elencar quais seriam as finalidades de criação do documento que ora é discutido:

"A finalidade do serviço é fazer refletir, neste Instituto, - como órgão técnico central do Ministério da Educação - todo o movimento educacional do país, de modo a habilitá-lo a manter um serviço de "documentação", que tão completo quanto possível, e a receber "informações", tão rápidas quanto possível, sobre as iniciativas, realizações, ou variações dos serviços de educação e difusão cultural, sejam oficiais ou particulares, em todo o território nacional."<sup>48</sup> (Ordem de serviço nº 5 - Subsídios para a História da Educação Brasileira - Instruções Gerais).

Embora na epígrafe utilizada no presente texto, o presidente Getúlio Vargas tenha colocado a questão do analfabetismo como um problema que se devesse confessar, quase em tom vergonhoso, naquele momento; e no trecho citado logo acima tal empreendimento registrasse como

<sup>46</sup> Durante todo o presente artigo será mantida a grafia da época nas fontes citadas.

<sup>47</sup> Essa documentação foi consultada no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). No entanto, ela não está catalogada. Sendo apenas sutilmente organizada pelo grande tema "Educação", pode ser consultada em caixas que abrigam os mais diversos documentos, nos quais predominam o caráter oficial. O acesso às informações para referenciá-las, como data e localidade, foi possível de coletar por constar no próprio documento. Ademais, cumpre salientar que as referências completas de fontes e bibliografia estão situadas ao fim deste artigo.

<sup>48</sup> O trecho foi transcrito respeitando a escrita da época. As aspas também são do autor.



## Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

parâmetro norteador captar o *movimento educacional* brasileiro, a tônica desses documentos oficiais ignora o significado do termo movimento, na medida em que isso inclui variações que não se processam de maneira estática no tempo. Assim, ao observar-se também o que seria digno de registro para constar nesse documento, quais sejam, iniciativas, realizações e serviços educacionais/culturais, nota-se nas letras datilografadas do *Subsídios para a História da Educação Brasileira* uma forte vertente laudatória presente nestes intentos.

Os jornais analisados, em contrapartida, bifurcam-se em seus posicionamentos atinentes às questões nacionais e educacionais. Há artigos glorificadores de aspectos do cenário político, assim como aos que concerniam à Educação; mas, co-existem em volume muito maior, do que comparado aos documentos oficiais citados, o registro de penúrias, problemas, deficiências e crises no âmbito do ensino e da educação.

A partir da exposição dessa problemática inicial, busca-se refletir acerca dos meandros da temática educativa no Ceará nos anos 1940, a partir de fontes oficiais do Ministério da Educação e Saúde e jornais do período que construam representações acerca da Educação. Assim, este trabalho se destina a pensar essas questões enfocando as relações entre educação e poder político<sup>49</sup>, transitando entre tentativas de miradas nacionais e locais.

### O Jornalismo Cearense e a Tensão Política dos Anos Findos do Estado Novo

O uso de jornais como fontes históricas situados temporalmente no período do Estado Novo, exige o cuidado metodológico de atentar ao importante elemento de análise das condições de produção das fontes: a questão da censura. No que concerne ao recorte temporal do presente trabalho, cumpre explicitar que a primeira metade da década de 1940 foi permeada por ações de repressão à imprensa, dentre outros âmbitos, por parte do governo.

No Ceará, há alguns registros que enfatizam esse aspecto do período. O historiador Geraldo da Silva Nobre, que era jornalista durante os anos 1940, sobretudo com atuação na *Gazeta de Notícias*; chamou a atenção em seu livro *Introdução à História do Jornalismo Cearense*<sup>50</sup>, que nos decênios de 1930-1939 e de 1940-1949 houve um considerável aumento da tiragem dos jornais, em virtude principalmente da conflagração da Segunda Guerra Mundial até 1945, e, entretanto, nas palavras do autor, "a situação nacional, com a vigência do Estado Novo até aquele mesmo ano,

<sup>49</sup> Utiliza-se, aqui, os termos *poder político* não no sentido de reduzir um termo a outro. Sabe-se que as muitas formas de poder perpassam o universo político como uma das muitas formas de suas possibilidades de constituição e uso.

<sup>50</sup> Publicado inicialmente em 1975 pela *Gráfica Editorial Cearense* e, em 2006, saído em edição fac-similar na coleção *Outras Histórias*, pelo NUDOC - Núcleo de Documentação Cultural da Universidade Federal do Ceará.



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

impossibilitou a saída de novos órgãos jornalísticos, na capital cearense, no quinto decênio do século XX". (NOBRE, 2006, p. 149).

Essas ponderações, que até ganham contornos de registro memorialístico, pelo fato de o autor ter vivenciado o período como jornalista, são importantes elementos de análise por fornecer aspectos da forma de produção desses editoriais, compondo intenção de fazer dialogar análises textuais - as matérias do jornal - e exames contextuais - mais notadamente a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a vigência do Estado Novo.

Em outro livro do mesmo autor, intitulado *Democracia à Prova*, obra editada, entre outras comemorações, por ocasião do cinquentenário da redemocratização<sup>51</sup>, Geraldo Nobre concede o título ao primeiro capítulo da obra como "Colapso - O Ceará na Era Vargas - O Desfecho esperado", onde disserta sobre a situação do Estado Novo nos anos finais de sua vigência. O autor afirma que quem estivesse atentamente acompanhando a situação nacional nos anos finais desse governo autoritário, poderia, de certa forma, até mesmo prever seu final e enfatiza que no decurso de 1944, as manifestações a favor da Democracia tinham aumentado de frequência.

A imprensa cearense, nesse momento, não agiu de maneira homogênea. A *Gazeta de Notícias* pode ser indício interessante para pensar essa relação entre imprensa e o regime ditatorial estabelecido em 1937 no Brasil ou, de modo mais específico, as relações entre a classe jornalística e a figura do presidente Getúlio Vargas. Veja-se um trecho do artigo cuja autoria é de Heitor Cavalcanti<sup>52</sup>, saído na *Gazeta* em 08 de março de 1945, na página 3, emblematicamente intitulado *Getúlio Vargas*. Ao comparar e estabelecer semelhanças entre a dita Revolução de 1930 à Revolução Francesa, argumentando que as duas ocasiões foram movidas pela força popular, Cavalcanti, afirma:

"Mais de uma vez, estivemos a assombrar, assombrados aos abismos cavados pela guerra, ou batendo pelos rochedos da fatalidade histórica; rápidos desvios; constante vigilância e pulso forte, conseguiram livrar-nos de algum erro funesto. Getúlio Vargas foi um novo Moisés conduzindo seu povo à Canaanda paz interna e da segurança externa; tendo sempre a guia-lo a coluna de fogo da sua fé nos destinos da pátria. (...) A estranha clarividência quase divinatória, de Getúlio Vargas, livrou-nos da catástrofe que nos aguardava. (...) São assim os homens. É assim a ingratidão humana. (...) Para os observadores e psicólogos o sorriso diz muito. O quadro fisionômico dos sorrisos apresenta uma curiosa variedade. Aquele que repuxa os lábios, num isgar de tigre, á guisa de sorriso; é sempre um perverso. O que esboça um sorriso horizonte; de lábios cerrados, é inclinado á falsidade. Os tolos sorriem com um ar aparvalhado. Os maus, profundamente maus, os que têm a alma negra não sorriem nunca. O sorriso de Getúlio Vargas revela alma sadia, em corpo são. Revela harmonia íntima, paz interna. É um sorriso largo; franco; espontâneo; sem sombras nem refulhos. É um sorriso que se deixa analisar sem constrangimento. O homem que sorri

<sup>51</sup> Editada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - INESP.

<sup>52</sup> É importante ressaltar que, de acordo com Geraldo Nobre, havia a prática de uso de pseudônimos por alguns autores, por questões de censura.



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

daquele modo não pode ser um mau; nem um despota; nem um tirano. Quem guarda no coração pensamentos de ódio ou de desejos de vingança não pode sorrir assim. O sorriso trai os sentimentos da alma. E o sorriso de Getúlio Vargas é bom, é simples, é tranquilizador. É o sorriso sem jaça que agrada as crianças." (CAVALCANTI, 1945.)<sup>53</sup>

Embora esse colaborador do jornal tenha afirmado em frases iniciais do seu artigo que eventos como a Revolução de 1930 e a Revolução Francesa tenham sido movidos, em sua opinião, pela força do povo; o evento da Segunda Guerra Mundial é colocado como uma fatalidade histórica, algo que não pudesse ser evitado pela ação humana, a menos que essa ação partisse de um ser predestinado, missionário, messiânico ou divino. Conceitos esses que são associados ao presidente Vargas, cujo o autor refere com qualidades que ora variam entre ter "pulso firme" e ser portador de paz interna, até ser dono de um sorriso tranquilizador.

A simbologia do sorriso, que se legitima sob a égide da Psicologia, representa uma tentativa de análise da índole do líder político como sinônimo das suas convicções e ações políticas em âmbito público. A considerada pureza no sorriso de Vargas, apreço pelo autor, se equipara aos seres tidos como os mais puros: os infantes. Esse elemento simbólico cuidadosamente utilizado na ideologia varguista, na intenção de fomentar um imaginário paternalista associado à figura do que seria o condutor da Nação, nesse editorial é analisado como espontâneo e sincero, sob o argumento de que nem os mais ardilosos carrascos seriam capazes de manipular. Esse pensamento contrasta com o estudo desse símbolo amplamente problematizado pela historiografia que se dedica ao estudo da Era Vargas.

A feição conflituosa desse momento pode ser capturada, entre outras situações, atentando ao fato de que, na mesma edição do mesmo periódico, ou seja, ainda no dia 08 de março de 1945, variando apenas a página do jornal, estampou-se a matéria, *A Culpa é do Presidente!*, cuja autoria é de Mariano Martins. Maria Helena Capelato analisou o papel de centralidade das chamadas "manchete-bala" em jornais inseridos no contexto do Varguismo e do Peronismo. Caso se leve em consideração que o artigo de Mariano Martins localizou-se mais ao fim da edição do jornal, ao menos pode-se adaptar a análise de Capelato para "título-bala", visto a condensação precisa da crítica empreendida pelo autor na denominação referida:

"Quando o sr. Getúlio Vargas candidatou-se à presidência da República em 1930, pela Aliança Liberal, da qual faziam parte quase todos os políticos que se encontram em terreno oposto ao do Chefe da Nação, prometia tudo à imprensa. (...) Infelizmente o ilustre gaúcho não manteve o aprêço que vinha demonstrando pela imprensa e, não muito depois daquelas suas afirmativas, passou a exercer pressão lubrificada sobre o jornalismo, levando ao

---

<sup>53</sup> A *Gazeta de Notícias*, apesar de popular matutino na capital cearense, era dotado de proporções físicas de publicação menores, se comparado a outros jornais do mesmo período, como o *Correio do Ceará* e *O Povo*. Composto de três grandes colunas por página, afora publicidades, o artigo supracitado ocupou pouco mais de uma coluna inteira da página 3 do periódico.



## Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

extremo de sufocá-lo com a censura mais draconiana de toda a nossa vida. Aliás Rui Barbosa afirmou que a fisionomia usual das revoluções é a violência. A indole natural das ditaduras é a opressão. Mas, quando agia daquela maneira, esquecia-se o chefe do gôvêrnoprovisorio de que subira ao poder com as mãos apoiadas nos ombros dos jornalistas. Não sabemos bem porque, nem qual a razão de ser a amnésia um mal congênito aos homens que se elevam ao poder. Aqueles que colaboram com êles, que dão grande parte da sua vida, notadamente os profissionais da imprensa, que se desdobram em vigílias intermináveis e perigosas, são, dentro de muito pouco tempo, completamente esquecidos. (...)" (MARTINS, 1945.)

Também ocupando o espaço de uma coluna dentre as três seções existentes por página na *Gazeta de Notícias*, o autor desenvolve uma crítica às ações do presidente Vargas em relação à imprensa evocando sentimentos próximos ao de ressentimento. Ao comparar as promessas e a posição varguista enquanto candidato à presidência em 1930 e depois, a partir de 1937, executando ações de censura e de cerceamento das opiniões impressas; Mariano Martins analisa, referenciando Rui Barbosa, as feições do Estado Novo como ditatoriais, que ignora a importância da imprensa como espaço de co-existência de múltiplas ideias e que também pode ser instrumento capaz de alavancar e irradiar imaginários políticos ou ser componente fundamental de sua derrocada.

### **Educação: Como a Imprensa Cearense Abordou "Tão Palpitante Assunto"?**

No que se refere à temática educacional nesse contexto de censura à imprensa, nota-se nos jornais cearenses uma frequência considerável de artigos que exaltam aspectos considerados por seus autores como positivos na realidade do ensino naquele momento. Entretanto, em situação comparativa aos documentos oficiais abordados no início desse texto, nota-se que aparece com maior recorrência editoriais que abordam questões muito mais espinhosas no âmbito do sistema educacional cearense dialogando, algumas vezes, com a situação do ensino a nível nacional.

Na ideologia do Estado Novo, a preocupação com o que seria difundido aos educandos em âmbito escolar e para além dele, ocupou papel proeminente. Isso contribuiu para que entre os anos de 1942 e 1946, as leis orgânicas do Ensino ou a Reforma Capanema instaurasse suas mudanças por intermédio de uma série de decretos-lei.<sup>54</sup> Deste modo, caberia à União a formulação e promulgação das novas políticas educacionais brasileiras, através das Reformas Educacionais, e aos inspetores federais, a tarefa seria a vigiar se os propósitos do Governo Central para o ensino

---

<sup>54</sup> A saber, os decretos são os que se seguem: Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI; Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial; Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional; Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal; Decretos-lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o SENAC e o Decreto-lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola. In: ROMANELLI, O. GHIRALDELLI Junior. *História da educação*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1994.



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

seriam devidamente cumpridos nas escolas, a fim de fortalecer o controle nacional da Educação pretendido pelo Estado Novo.

Entretanto, a precariedade do ensino cearense nesse momento era aspecto difícil de ser camuflado, tendo em vista que se configurava como situação recorrente nesse sistema educacional. Nesse sentido, os jornais foram (e são) utilizados como registros de educadores, estudantes, jornalistas ou mesmo cidadãos não ligados diretamente à educação; que expõem, refletem e tecem sugestões sobre e para esse problema. O artigo de H. Denelly<sup>55</sup>, saído na *Gazeta de Notícias*, enfoca algumas questões sobre a precariedade do ensino nesse período:

"(...) Numa terra como a nossa, de imensa extensão e população esparsa a exigência da "frequência obrigatória" no curso médio vetou às famílias pobres do sertão o direito de ver seus filhos nos cursos superiores do Paiz. O ensino tornou-se então privilegiado dos ricos, em cujas camadas - força á dizer - nem sempre estão as inteligências jovens mais promissoras e brilhantes. (...) Por quanto sai hoje num internato o curso secundário de 6 anos, de um jovem? Trinta mil cruzeiros, no mínimo. E as famílias poderão com isso? Certamente que não. O PREPARATÓRIO é pois a fórmula indicada, ainda hoje, para nós, na solução do problema, visando os interesses dos pobres que também querem ter o direito de estudar. E neste momento em que novas esperanças surgem para todos, com a derrocada da Ditadura, derrocada que coincide com o término do ano letivo, justíssimo seria e mil vezes louvável, que o assunto fosse debatido pela imprensa e esclarecido pelos estudiosos, sugerindo-se democraticamente aos governantes o mais seguro caminho em tão palpitante assunto." (DENELLY, 1945)<sup>56</sup>

Pensar possíveis caminhos e soluções para reverter a dificuldade de acesso das pessoas pobres à Educação era assunto de recorrência nos jornais. Se o direito à escolarização constava como obrigatório para todos na legislação, as distâncias entre lei e realidade fazem-se presente nessas reivindicações impressas. Para além do clamor a um problema educacional, o editorial acima também se torna significativo por permitir sondar o horizonte de expectativa em relação ao momento político que vivenciavam. A situação do fim do Estado Novo, ressaltada como ditadura nesse trecho, é compreendida aqui como sinônimo de esperança no porvir educacional. O escrito também coloca em evidência o elevado grau de interesse que a temática da Educação podia suscitar na sociedade.

Em janeiro do mesmo ano, o autor José Diogo da Silveira publica um editorial no mesmo jornal referido acima, sob o título de *Educação* expondo outro ponto de vista. Nele, fala-se do estímulo à promulgação de reformas educacionais empreendidas pelo Ministério da Educação e Saúde, como aqui já foi mencionado:

"As últimas reformas que se processaram no ensino demonstram a clarividência do órgão competente, difundindo plano normativo capacitado a transformar o mecanismo das nossas normas educativas, substituindo-as por forma básica, não só 'estrutural, mas espiritual.' (...)

<sup>55</sup> O nome do autor mais parece utilizar do artifício do pseudônimo, prática existente na *Gazeta de Notícias* nesse momento. Mas, não há indícios para afirmar tal hipótese para esse caso.

<sup>56</sup> As aspas são do autor.



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

Efetivamente, o Brasil precisa de homens eruditos para elevá-lo cada vez mais, ao ápice da glória no concôrto continental. Marchámos promissoramente, pela estrada fértil, com os olhos fitos no progresso pátrio, discortinando horizonte bonançoso, horizonte êsse visto, somente, pelos espíritos equilibrados e pelos que beberam á fonte luminosa dos bancos escolares, os sábios preceitos da cultura. Sem educação fecunda, jamais alcançaremos o esplendor e a honra de Nação respeitada." (SILVEIRA, 1945).

Diogo da Silveira buscou ressaltaraos leitores deste matutinoque o ato de expedir Reformas no Ensino, é diretamente proporcional ao que ele considera uma racionalidade do Ministério da Educação e Saúde e as reformas são entendidas nesse editorial como principal elemento transformador do sistema educacional. Ou seja, uma melhoria no Ensino deveria ser sempre irradiado do poder político para o povo.

Tal como em outros documentos aqui analisados, associa-se de maneira direta a Educação ao progresso pátrio. Entretanto, ao contrário de H. Denelly, Diogo da Silveira opta por apresentar aos leitores da *Gazeta de Notícias* uma visão otimista do momento histórico que experienciava. A ideia de marcha ininterrupta em vetor apenas evolutivo, tem por opção não descortinar aspectos sofríveis do cotidiano escolar naquele momento, apontados constantemente em outros artigos jornalísticos cearenses como a caracterização mais incisiva do ensino.

## **CONCLUSÃO**

Esse artigo buscou desenvolver suas reflexões enfocando as relações entre a situação política do contexto abordado e as formas de se representar a Educação, na imprensa cearense e em documentos oficiais do Ministério da Educação e Saúde. Na problematização das relações de identidade e repúdio entre imprensa e Estado, considerou-se importante perceber como os conceitos relacionados à Educação estão imersos em um universo conceitual maior, numa teia relacional que buscava definir quais aspectos da moralidade seriam ideais e quais seriam os abomináveis.

Como aspecto conclusivo desse artigo, ressalta-se que a prática de desnaturalização dos discursos legitimados pelo Estado sobre a Educação ou de outros sujeitos que se destinem a pensar essas questões; não deve ser exclusividade de análise do passado. Ao inverso, as ideias e conceitos que fundamentam a Educação e a profissão docente no presente, que chegam até nós pelos mais diversos meios, não podem ser apenas assimilados, e sim problematizados.





**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

## **FONTES**

- CAVALCANTI, H. Getúlio Vargas. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, p. 08 mar. 1945.
- DENELLY, H. Pelo Ensino dos Pobres. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, p. 03,15 nov. 1945
- SILVEIRA, J. D. da. Educação. *Gazeta de Notícias*, p. 3, 4 jan. 1945.
- MARTINS, M. A Culpa é do Presidente. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, p. 5. 08 mar. 1945.
- *Subsídios para a História da Educação Brasileira* - Instruções Gerais - Ordem de serviço nº 5.
- *Subsídios para a História da Educação Brasileira*. Mês de outubro de 1941. Boletim Mensal da Secção de Documentação de Intercâmbio. Ano II, número 22. Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA, M. G. A. A. Estado Novo: Projeto político pedagógico e a construção do saber. *Revista Brasileira de História*, 18(36), 137-159. 1998.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. Espero de Papel: A Imprensa e a História da Educação. In: ARAÚJO, José Carlos e GATTI JR, Décio (orgs.). *Novos temas em história da educação. Instituições escolares e educação na imprensa*. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.
- LUCA, Tania Reginade, *História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos*. In: \_\_\_\_\_. PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- NOBRE, Geraldo da Silva. Introdução à história do jornalismo cearense – edição facsimilar/ Fortaleza: NUDOC/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A imprensa do Ceará na República*. In: GIRÃO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antônio. *O Ceará*. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.
- NOBRE, Maria Darcila (Org.). *Hemerografia Cearense*. 1. Geraldo da Silva Nobre - Diversos e Dispersos. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1994.
- SÁ, Adísia; PONTE, Sebastião Rogério. *História e memória do jornalismo cearense*. Fortaleza: UFC - NUDOC/SECULT, 2004.
- SODRE, Nelson Werneck. *Historia da imprensa no Brasil*. São Paulo : Martins Fontes, 1983.